



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Gabinete da Presidência

Registro nº	15
Publicação	Diário Oficial do Município de Macaé
Nº	2265, de 14
Data	24 de Setembro 1994
Servidor	M. Almeida

A Câmara Municipal de Macaé, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o § 7º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município e também, o § 1º do artigo 104 da Resolução nº. 1.645/92, de 03 de setembro de 1992, Decreta e eu promulgo a seguinte:

LEI Nº 1500/94.

Art. 1º - Fica o Servidor Municipal responsável por pessoa portadora de necessidades especiais, decorrentes de deficiência física ou mental redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho.

Art. 2º - O Servidor Municipal que pretenda a redução da carga horária de trabalho, nos termos do artigo anterior, deverá apresentar requerimento junto a Secretaria de Administração do Município.

§ 1º - O requerimento será instruído com o comprovante de que o requerente é o responsável legal pela pessoa portadora de necessidade especial e com o histórico de sua patologia.

§ 2º - O histórico, elaborado pelo requerente, por instituição generalizada ou pelo profissional que assiste o paciente, incluirá, se possível, diagnóstico definitivo, prognóstico e proposta terapêutica, enfocando se estão dentro dos padrões de normalidade.

- a) a orientação do paciente no tempo e no espaço;
- b) o controle dos esfíncteres;
- c) a deambulação;
- d) a auto-regulação.

Art. 3º - Verificada a condição do requerente como responsável legal pela pessoa portadora da necessidade especial, o requerimento será encaminhado ao serviço médico especializado da Secretaria de Saúde que, após examinar o paciente, expedirá laudo conclusivo em relação aos seguintes itens:

Dr. Antunes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Gabinete da Presidência

- a) caracterização da necessidade especial como eventual ou duradoura;
- b) reconhecimento de que a presença do servidor seja de real importância, na complementação do processo terapêutico ou na promoção de uma maior integração do paciente na sociedade.

Art. 4º - Os atos da redução da carga horária serão expedidos pelo Secretário de Administração com o aval do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - Nas renovações dos atos, será observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENCIA, 26 DE AGOSTO DE 1994.



PAULO ANTUNES
Presidente